

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A história das idéias e o mercado: análise multidisciplinar de um conceito¹

Wagner Ricardo dos Santos²

Resumo: Na perspectiva da história dos conceitos, as palavras em geral e os conceitos em particular são portadores de experiências existindo uma relação direta entre, de um lado, a historicidade de grupos sociais (comunidades e sociedades) e, de outro, entre os conceitos e as idéias por eles veiculadas. Giovanni Sartori ressalta que “as vicissitudes da terminologia estão ligadas ao destino das sociedades e das suas instituições”. A presente comunicação volta-se à apresentação da metodologia denominada história dos conceitos e dos principais resultados decorrentes de sua aplicação ao estudo do conceito de mercado. Foram identificadas quatro perspectivas disciplinares distintas: a econômica, a sociológica, a histórico-anropológica e a da política. Vistas em conjunto, evidenciam o papel assumido pelos mercados, estados, indivíduos e pela política nas sociedades de mercado contemporâneas.

Palavras-chave: conceito – mercado – história das idéias.

Abstract: In the perspective of the history of concepts, there is a direct relationship between the historicity of social groups (communities and societies) and their ideas and concepts. The words in general and the concepts in particular carry out social experiences. Giovanni Sartori shows that the “the dynamics of terminology are linked to the destiny of the societies and their institutions”. This work focuses on the presentation of the history of ideas' methodology and on the main results of its application on the study of the market concept. Four disciplinary perspectives were identified: the economic, the sociological, the historical-anthropological and the political views. Together they show out the role played by the markets, states, individuals and politics in the contemporaneous market societies.

Keywords: concept – market – history of ideas.

Introdução

A presente comunicação centra-se na apresentação da metodologia de estudo das idéias sociais e políticas denominada história dos conceitos e de sua aplicação a um caso específico. Volta-se para a identificação das acepções e sentidos adquiridos pelo conceito de mercado na literatura selecionada. O ponto de partida foi a constatação de que a “comunidade de mercado” de Weber; a “civilização do capitalismo” de Schumpeter; a “civilização

¹ A presente comunicação é um extrato da dissertação intitulada “Mercado: Aspectos Institucionais e Político-Ideológicos de um Conceito”, a ser defendido no IUPERJ no correr do ano de 2007.

² Graduado em História pela UFMG (1995), professor de História Econômica e de Teoria Política da Universidade Candido Mendes (RJ) e mestrando em Ciência Política. Contato: wagnerricardosantos@gmail.com.

econômica do século XIX” de Polanyi; a “sociedade de mercado” de Macpherson e Hirschman; a “grande sociedade” de Hayek; e a “civilização material” de Braudel são designações utilizadas para denominar o mesmo fenômeno social: o crescente e paradigmático papel adquirido pelas trocas econômicas ocorridas nos mercados sobre a vida e as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos, pelos agentes estatais e econômicos privados nas sociedades contemporâneas.

Os argumentos apresentados pelos autores mencionados permitiram a identificação de quatro perspectivas disciplinares acerca do conceito de mercado: a da teoria econômica, a sociológica, a histórico-antropológica e a da política.

As Idéias e a História dos Conceitos

Na atualidade, várias são as disciplinas que têm se lançado ao estudo dos conceitos e das idéias por eles veiculadas. Norbert Elias, discutindo as diferenças semânticas entre os conceitos afirma que os conceitos sociais não são como os conceitos matemáticos. Em suas palavras: “conceitos matemáticos podem ser separados do grupo que os usa. Triângulos admitem explicações sem referência a situações históricas. Mas o mesmo não acontece com conceitos como ‘civilização’ e Kultur. (...) Foram usados repetidamente até se tornarem instrumentos eficientes para expressar o que pessoas experimentaram em comum e querem comunicar” (Elias, 1994, p. 26).

Giovanni Sartori afirma que um conceito não pode ser analisado de forma isolada, descontextualizada. O estudo de um conceito tem que se preocupar com a gênese, desenvolvimento histórico e com o seu campo semântico, “isto é, à série de conceitos que [o] implementam ou [o] complementam (...) É a história, portanto, que testa nossas idéias - e esses testes se refletem na história dos conceitos. É bom ter em mente, portanto, que o todo conceito tem uma história e que, nessa história (...), as vicissitudes da terminologia estão ligadas ao destino das sociedades e das suas instituições políticas” (Sartori, 1994, p. 19).

De forma sistêmica, a metodologia proposta e empiricamente testada por Reinhart Koselleck denominada história dos conceitos afirma que os conceitos são qualificações a partir das quais os indivíduos estabelecem relações e criam identidades. É a partir da inserção dos indivíduos num grupo social é que se estabelece a noção de pertencimento, bem como são estabelecidas relações de identidade com outros. Os processos de socialização e de formação de identidades permitem a articulação das identidades individuais às identidades de grupos que, por sua vez, determinam a sociabilidade cotidiana. Afirma ainda que todo “conceito

articula-se a um contexto sobre o qual atua, tornando-o compreensível”. Ressalta que a semântica é imprescindível para o uso pragmático da língua, ao uso da linguagem voltado para o agir politicamente e à “tudo aquilo que se possa imaginar como atos sociais e históricos” (Koselleck, 1992, p. 135).

A partir da metodologia proposta, o autor defende que os conceitos podem ser classificados a partir da influência exercida num determinado contexto social e político, surgindo assim dois tipos de conceitos: *os conceitos contrários assimétricos* e *os conceitos gerais concretos*. A estrutura semântica dos conceitos contrários assimétricos, historicamente, redundou em polarizações sociais excludentes: pagão *versus* cristão e heleno *versus* bárbaro, entre outros. Essas classificações foram elaboradas de forma unilateral pela cultura ocidental para representar outros grupos sociais que lhe eram diferentes. Trata-se de pares de conceitos que, como qualificações, têm a função de distinguir, por exclusão, um grupo social qualquer fornecendo, ao mesmo tempo, uma identidade e uma unidade de ação social e política.

O conceito de humanidade, formulado a partir dos séculos XV-XVI, rompeu com o padrão de exclusão que os pares de conceitos contrários assimétricos representavam, ocorrendo o rompimento com critérios territoriais e espirituais. Passa a abarcar todos aqueles que pudessem ser incluídos na condição de humano variando, no entanto, a inserção dos indivíduos no mundo da razão. Assim, o conceito de humanidade rompe com o padrão de diferenciação entre quem está dentro e fora e assume uma pretensão de universalidade alargando o espaço de ação política assim como a unidade de ação, que passam a ser, respectivamente, a totalidade da terra e todos os serem humanos (Koselleck, 1993).

Outro tipo de conceito descrito por Koselleck se refere aos conceitos gerais concretos. São conceitos que podem ser usados de forma paritária, não impedindo que outro grupo social ou político se reconheça como tal. Baseiam-se na reciprocidade e são transferíveis (Koselleck, 1993). Entre os conceitos, assim classificados, temos: *polis*, povo, partido, sociedade, igreja, estado, etc.

Mercado é um conceito geral concreto, assim como o conceito de humanidade. Trata-se de um conceito dotado de um sentido que, antes de excluir situações e circunstâncias inclui outras tantas. A possibilidade de negação ou exclusão quando nos referimos a tais conceitos se dá antes pela sua negação do que pela existência de um outro conceito que lhe seja contrário, diferentemente de conceitos como comunismo, capitalismo, liberalismo e absolutismo. A expressão de posicionamentos contrários se dá pela sua negação.

Não existindo conceitos contrários assimétricos ao de Estado, sociedade ou mercado, a possibilidade de fornecer os sentidos que expressem o seu contrário se dá pela sua

negação: não-Estado; não-sociedade; não-mercado ou pela recorrência de conceitos outros para exprimir a limitação ou a negação que se quer. A título de exemplo, o conceito que mais forte expressou a negação do conceito Estado e de sociedade foram os conceitos de anarquia e barbárie.

Trata-se de afirmar que, em torno de conceitos gerais, a articulação de unidades de ação se dá antes pela disputa quanto à interpretação mais adequada e verdadeira do que a partir da existência de conceitos que representem o seu contrário. A questão refere-se à possibilidade de existência de um Estado (democrático, autoritário ou totalitário), de uma sociedade (justa, excludente ou integrada...) e do mercado (aberto, competitivo, eficiente, etc.). É a partir da interpretação dos sentidos atribuídos ao conceito e de sua qualificação é que se organizam os posicionamentos em uma sociedade, determinando assim os campos de ação social e política.

De forma conceitual, mercado pode ser definido como uma qualificação de um conjunto de instituições e práticas sociais que são simétricas a um sem número de circunstâncias e espaços diversos. Ao se recorrer a uma descrição apurada e crítica, chega-se à confirmação da sua historicidade, porosidade e da sua maleabilidade. Na atualidade, o conceito tem sido utilizado como um desqualificador de posições favoráveis à intervenção estatal na esfera econômica, tratando-se de reformas orientadas para o mercado, das instituições de mercado, das liberdades de mercado.

Os opositores à extensão dos mecanismos de mercado não conseguem formular um conceito novo que se posicione contrariamente ao mesmo. Portanto, a disputa a ser descrita se dá sobre a melhor interpretação do conceito com conseqüências diretas sobre as escolhas feitas pelas sociedades. A percepção da realidade circundante dos homens é moldada a partir da compreensão que os mesmos têm sobre as idéias, conceitos, normas e instituições. Nesse contexto, a política surge como ponto a partir do qual os homens visualizam a possibilidade de alterar a sociedade, partindo do entendimento que têm sobre a realidade, cuja visão é mediada pelos conceitos que lhe afiguram como adequados.

A perspectiva da teoria econômica

Na perspectiva do liberalismo econômico clássico, as formulações teóricas relativas ao funcionamento das economias assentavam-se sobre quatro premissas: (i) a racionalidade hedonista, egoística e maximizadora da natureza humana; (ii) virtudes das motivações individualistas dos indivíduos, metaforicamente representados pela fábula das

abelhas; (iii) automatismo das forças de mercado; e (iv) à orquestração dos incentivos à produção, bem como dos mecanismos de formação de preços de bens, produtos e serviços realizados pelo princípio da oferta e da demanda. Em certo sentido, “... florescia a idéia de que era natural e conveniente que não houvesse qualquer intervenção na ordem econômica. . A ordem econômica deveria resultar da ordem natural que governa todos os aspectos da vida humana” (Rossetti, 2003, p. 299). O “*laissez-faire, laisser-passer, lê monde vá de lui même*” surge como síntese máxima da ordem econômica aos olhos do pensamento econômico clássico.

Caberia ao mercado a incumbência de articulação, coordenação e regulação das atividades econômicas. À autoridade política restariam as atividades de segurança pública e administração da justiça. Historicamente, essas proposições teóricas situavam-se num contexto de forte presença dos estados absolutistas. Como decorrência da aplicação das proposições sobre as atividades econômicas, tem-se: (i) a redução das atribuições e do poder da autoridade política, resultando, na segunda metade do século XIX, em um tipo de “civilização econômica [de mercado]”; (ii) propriedade privada dos meios de produção; (iii) livre iniciativa empresarial; (iv) o mercado como mecanismo institucional de articulação, coordenação e regulação das atividades econômicas.

A perspectiva sociológica

Max Weber afirma que “existe el capitalismo dondquiera que se realiza la satisfacción de necesidades de un grupo humano, con carácter lucrativo y por médio de empresas, cualquiera que sea la necesidad de que se trate; especialmente diremos que una empresa lucrativa que controla su rentabilidad en el orden administrativo por medio de la contabilidad, estableciendo um balance (exigência formulada primeiramente en el año 1698 por el teórico holandés Simon Stevin)” (Weber, 1942, p. 20).

Três aspectos sobressaem da citação acima. O primeiro refere-se ao caráter utilitário da definição que Weber usa para definir o que é o capitalismo. O segundo aspecto relaciona-se com a legitimação do interesse, representado pelo lucro, como característica diferenciadora e definidora do capitalismo moderno. Por último, o uso da contabilidade moderna como critério para se aferir a eficiência de uma empresa. Sua rentabilidade, como categoria definidora do sucesso de um empreendimento, ou da satisfação das necessidades de um grupo social.

Racionalidade, utilidade e lucratividade. Estes elementos constituem a tríade, o *leitmotiv* explicativo das características assumidas pelo capitalismo moderno que o tornou tão avassalador quando comparado com os seus congêneres anteriores, levando à constituição do que Max Weber caracterizou como comunidade de mercado influenciando, sobremaneira, as sociedades contemporâneas e constituindo-se na força motriz para o constante aperfeiçoamento do desempenho econômico individual e das estruturas sociais.

A perspectiva histórico-antropológica

Além do desenvolvimento de uma mentalidade calculadora por parte dos indivíduos, boa parte das explicações sobre a origem da autonomia da economia de mercado pode ser encontrada no interesse das autoridades políticas européias em incentivar o comércio com o intuito de auferirem ganhos crescentes com a tributação. Nesse sentido, a criação das instituições econômicas contemporâneas e dos mecanismos de troca e empréstimo, bem como consolidação e a expansão do sistema capitalista, tem sua origem em fenômenos díspares como a secularização do conhecimento e da riqueza, a naturalização de comportamentos materialistas, individualistas e egoístas, por oposição à ética medieval cristã e ao monopólio exercido pela Igreja Católica sobre o saber e o surgimento e consolidação dos modernos estados nacionais.

O moderno sistema capitalista, ancorado na sociedade de mercado e no incentivo às motivações materialistas e egoísticas dos indivíduos, não nasceu de uma ordem espontânea, como apregoam os pensadores liberalismo econômico clássico, mas a partir de um extenso sistema de normas e legislações que refletiam a defesa dos interesses da classe emergente de capitalistas e as necessidades dos reis absolutistas que, em troca de apoio financeiro, utilizavam-se de instrumentos legais para impor a nova ordem econômica sobre os demais grupos sociais, alterando assim o *status quo* da sociedade medieval. Superava-se assim as leis e normas sociais ancoradas nas tradições e nos costumes, mais especificamente na ética medieval cristã (Hunt, 1981). Recursos monetários, auferidos por meio da tributação ou da emissão de letras do tesouro, visavam ao custeio do sustento das cortes européias de estruturas burocráticas e militares requeridas pelas autoridades políticas européias, bem como o sustento dos camponeses e o pagamento de suas obrigações servis.

Sendo assim, o ocaso da ética medieval cristã e da redução da influência da Igreja Católica sobre as instituições e o comportamento dos indivíduos, bem como a aceitação, senão a valorização do interesse como motivação para ação dos indivíduos,

proporcionou à civilização ocidental transformar-se no que hoje conhecemos: numa rede de sociedades de mercado. Foram estes fenômenos que permitiram, ao longo do século XIX, a emergência da sociedade de mercado com conseqüências tão devastadoras que, levadas às últimas instâncias, teriam arruinado com a humanidade. No entanto, os genes da autoproteção da sociedade já estavam sendo fecundados.

A perspectiva da política

Em uma sociedade de mercado, o compartilhamento pelos indivíduos da racionalidade calculadora, bem como a existência dos sistemas monetário e tributário, permite não apenas a inteligibilidade das ações econômicas como também a manutenção e a expansão das atividades estatais através da tributação monetária dos bens, dos produtos, dos serviços e da renda do trabalho. As relações econômicas de trocas ocorrem em ambientes subordinados a um ordenamento jurídico formal, no qual o estado desempenha papel fundamental, visto que não apenas tem a função de aplicar as sanções legalmente previstas em casos de desrespeitos aos contratos e de usurpação da propriedade privada, como também é responsável pelos sistemas monetário e tributário, sistemas estes, que contribuem para que as relações de mercado se tornem inteligíveis.

Nesses termos, a política, entendida como uma arena que incorpora a ação humana, as estruturas estatais e os processos decisórios para se governar uma sociedade, surge como elemento indispensável tanto ao cumprimento dos contratos quanto de suporte às ações econômicas. Contribui para que as mesmas tenham o caráter inteligível necessário às propriedades da lei da oferta e da demanda. Da cunhagem das moedas à tributação incidente sobre o livro de partidas dobradas, principio precursor dos modernos balanços e indicadores contábeis, identifica-se uma relação de utilidades e interesses recíprocos que são importantes tanto para os estados quanto para os indivíduos e os agentes econômicos em uma sociedade de mercado.

Trata-se de um processo de interdependência recíproca pelo qual não apenas o estado dá suporte às trocas em uma sociedade de mercado, como também a tributação incidente sobre estas trocas financia as atividades deste mesmo estado. Ao sancionar as regras para observância dos contratos, as normas para que sejam feitos os registros contábeis, permitindo comparar os resultados entre empresas, o estado está tornando inteligíveis as ações econômicas sem as quais os mercados não teriam algumas de suas principais características.

Estas condições só adquirem sentido, funcionalidade e aplicabilidade universal a partir do momento em que passam a ser compartilhadas pelo conjunto dos indivíduos e dos agentes econômicos em uma sociedade de mercado. É partir da racionalidade contábil-calculadora e do uso generalizado da moeda é que as relações econômicas de mercado adquirem as propriedades que as fazem independentes dos horizontes temporais e espaciais, além de assegurar à riqueza uma virtualidade que permite o seu entesouramento, bem como a tributação “monetária” por parte do estado.

Bibliografia

- BRADUDEL, Fernand. O Jogo das Trocas. In: *Civilização Material, Economia e Capitalismo: sec. XV-XVII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. vol. II.
- FLIGSTEIN, Neil. *The Architecture of Markets*. Oxford: Princeton University Press, 2001.
- HALL, Robert E. *Microeconomia: princípios e aplicações*. SP: Pioneira, 2003.
- HIRSCHMAN, Albert A. *A Economia como Ciência Moral e Política*. SP: Ed. Brasiliense, 1986.
- HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*, RJ, Ed. Campus, 1981.
- KOSELLECK, R. Sobre la semántica histórico-política de los conceptos contrarios asimétricos. In: *Futuro Pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993, pp. 205-250.
- KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: *Estudos Históricos*, RJ, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.
- KUHN, T. Introdução: um Papel para a História. In: *A Estrutura das Revoluções Científicas*. SP, Perspectiva, 2003.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens sociais de nossa época*. RJ, Campus, 1980.
- ROSSETTI, José P. Introdução à Economia. SP: Ed. Atlas, 2003. p. 304.
- SARTORI, Giovanni. *O que é Democracia? Definição, Prova e Preferência*. In: *A Teoria da Democracia Revisitada, 2. As Questões Clássicas*. SP: Ed. Ática, vol. 2, p. 7-25.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 2a. ed. Brasília: Ed. UNB, 1999, vol. 1.
- WEBER, Max. *História Económica General*. Mexico (DF): Fondo de Cultura Económica/Clássicos de Economia, 1942.